

Coletânea de Trabalhos Acadêmicos: Analfabetismo – uma questão política

A Educação de Adultos é uma disciplina¹ oferecida no VI nível do Curso de Pedagogia e seu objetivo maior é a reflexão ética-técnica-política e pedagógica sobre a teoria e a prática docente na educação de Jovens e Adultos. Para alcançar este desafio, a proposta pedagógica busca compreender o ensino-aprendizagem na perspectiva do universo de mulheres e homens que convivem hoje com o drama do analfabetismo e estuda com os professores em formação, caminhos e propostas de superação desta realidade.

Mediante estes objetivos, várias atividades pedagógicas foram desenvolvidas e, dentre elas, após leituras e reflexões coletivas, a construção teórica individual da temática: **ANALFABETISMO - UMA QUESTÃO POLÍTICA.**

Apresentamos, a seguir, quatro perspectivas desenvolvidas pelas alunas do Curso.

Educação de Adultos: um novo cenário

Vania Sueit Diogo²

O MEC, segundo a Folha *on line* de 13/09/03, criou uma secretaria específica para erradicar o analfabetismo, investiu e está investindo uma soma milionária, além de convocar a sociedade e empresas privadas para a luta que visa atingir este objetivo até o ano de 2006.

Nunca se falou tanto em educação para jovens e adultos como se fala hoje. Oficialmente, registram-se 16 milhões de analfabetos mas, na realidade, são 30 milhões de pessoas que convivem nesta condição no Brasil. Numa história de dupla identidade – Brasil rico e Brasil pobre, excluiu e exclui a muitos do processo educativo.

Sabemos que estes números são resultado da dura realidade social. Muitas crianças, hoje adultas, não tiveram a oportunidade e o acesso à escola. Crianças que tiveram de começar a trabalhar cedo e outras que não foram encorajadas a seguir os estudos pelos modelos pedagógicos.

O descaso político, a situação econômica, as dificuldades sociais, dentre outros, são fatores que agravaram a situação.

Importante dizer que o analfabetismo é uma questão política que envolve não só aos governantes, mas a nós também, educadores em formação. Devemos estar comprometidos com as mudanças e estas devem ser levadas a sério, pois sabemos que a educação representa uma das possibilidades de transformação da realidade e resolução dos problemas sociais brasileiros, sem dizer que é inconcebível no século XXI, uma pessoa ser excluída por não saber ler e escrever.

¹ Margarida Montejano da Silva - Professora responsável pela disciplina Educação de Adultos.

² Aluna do Curso de Pedagogia - CREUPI

Escolarização e possibilidade de mudança

Joseane Verdile Felício³

Vivemos um contexto em que o mercado de trabalho exige cada vez mais pessoas instruídas e isso nos leva à seguinte questão: quem vai conseguir trabalhar daqui para frente?

O mundo atual é marcado por uma profunda mudança no campo profissional exigindo cada vez mais requisitos. O Governo atual lançou o Programa Brasil Alfabetizado, com metas e objetivos no combate ao analfabetismo, o que, se cumprido, provocará um avanço no desenvolvimento do país. Mas será que o Estado não almeja muito mais uma educação para formar mão-de-obra qualificada do que formar pessoas reflexivas, críticas e cidadãos?

O fato é que as empresas e os empregadores dos vários setores de serviços já não admitem mais funcionários analfabetos ou mesmo com baixa escolaridade, pois constataram que vale mais investir na educação de seus quadros do que consertar máquinas ou arcar com as conseqüências de acidentes no trabalho. Desta maneira, alfabetizar também é uma forma de diminuir o desemprego.

Pesquisas revelam que lares em que mulheres são alfabetizadas e dão prosseguimento aos estudos, o rendimento familiar em todos os quesitos é bem mais satisfatório, ou seja, educar para prevenir é o melhor remédio e gera, de certa forma, economia para os cofres públicos nos gastos com saúde, previdência e outros mais. Também educar crianças em idade escolar "certa" e desenvolver programas de educação de adultos possibilita pensar numa outra realidade para o Brasil. Assim, promover conhecimentos sobre saúde, higiene e cuidados básicos com a alimentação torna-se hoje uma medida urgente, pois diminuem os índices de doenças e mortalidade infantil levando o Estado a gastar menos.

Temos a ciência da realidade do analfabetismo no Brasil. As conseqüências desta situação são visíveis: a maioria vive em condição de pobreza, passa fome e não controla a natalidade. Tudo isso gera uma má repercussão para o país.

A erradicação do analfabetismo em Cuba mostra para todos nós que uma política verdadeiramente voltada para este fim é eficaz. Por isso, se a meta do governo brasileiro tiver um verdadeiro comprometimento, poderemos diminuir sensivelmente a taxa do analfabetismo país, o que colocará o Brasil em uma melhor posição mundial no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Hoje em dia, saber ler e escrever é a base para se buscar uma melhor qualidade de vida. Como diz Domenico de Masi: *"Graças à escolarização nunca nos aproximamos tanto dos objetivos que a humanidade persegue desde sempre... distanciar a morte, debelar a dor, derrotar a miséria, eliminar a fadiga, evitar o tédio, superar a tradição, desencorajar o autoritarismo, conquistar a beleza."*

Esta é, com certeza, a essência de uma política para a erradicação do analfabetismo.

³ Aluna do Curso de Pedagogia - CREUPI

As Políticas Educacionais e a Educação de Adultos

Márcia Maria Mártir Biasoto⁴

Em se tratando da questão do analfabetismo, há que se considerar, a *priori*, todo contexto educacional vigente em diferentes épocas e regiões do país. Podemos assim dizer que o *analfabetismo* é um problema abrangente e que remonta a épocas passadas, sendo encarado e trabalhado, no transcorrer das décadas de diferentes maneiras, sem, contudo, ultrapassar os limites do paliativo. Verifica-se na história que os projetos visavam bem mais a promoção do Estado que a busca de uma solução efetiva e definitiva para o problema.

Há que se observar, ainda, no contexto atual, que num mundo globalizado com avanços tecnológicos e um mercado de trabalho cada vez mais exigente, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas analfabetas são bem mais sérias que as enfrentadas pelos homens dos séculos XIX ou início do século XX, quando a economia e o mercado de trabalho eram bem mais rudimentares, os meios de produção bem menos elaborados e, conseqüentemente, as exigências com relação à leitura e escrita bem menores.

Nota-se, também, que nestas épocas anteriores a educação era um bem acessível a uma minoria, enquanto que à maioria restava a resignação, vender a mão-de-obra barata e a submissão aos patrões.

Hoje em dia, a realidade constante nos documentos oficiais que regulamentam a educação é bem outra. A todo instante somos bombardeados com *slogans* atraentes e originais do tipo: "Está na hora da escola"; "Educação para todos"; "Toda criança na escola"... o que nos leva a crer que a realidade educacional no país esteja satisfatória. Todavia, a realidade é outra. O que se vê efetivamente é a taxa do analfabetismo ainda muito alta, fato não condizente com as exigências do mundo moderno, onde o sujeito se vê a todo instante diante de situações nas quais precise se posicionar de maneira crítica, reflexiva e agir de modo coerente e eficiente, no sentido de aprimorar a sua condição de subsistência.

Seria lugar comum afirmar que esta situação é favorável para uma minoria dominante, que consegue bem mais facilmente manipular e oprimir os menos favorecidos, que são cotidianamente obrigados a aceitar passivamente decisões tomadas à sua revelia e que não vêm ao encontro de suas reais necessidades. Apesar de lugar comum, essa é a realidade atual da educação em nosso país. Uma realidade que muito pouco tem apresentado de efetivo avanço para aqueles que mais necessitam.

Torna-se urgente a implantação de uma política educacional séria. Uma política que contenha programas apropriados às diferentes realidades, faixa etária e regionalidades. Quem sabe assim podemos começar a vislumbrar algum progresso significativo na história da educação brasileira!

⁴ Aluna do Curso de Pedagogia - CREUPI

Uma reflexão sobre Educação e Políticas Educacionais

Maria Carolina P. Leme Rodrigues⁵

Desde que nos consideramos uma nação, temos como desafio promover a dignidade para toda a sociedade. Passaram-se muito tempo, muitos governos e o problema persiste e se agrava cada vez mais. A alfabetização de crianças, jovens e adultos trata-se de um equívoco estabelecido na história.

De acordo com pesquisas feitas sobre a escolaridade do povo brasileiro, basta a pessoa saber ler e escrever algumas palavras ou um simples bilhete para ser considerada alfabetizada.

O analfabetismo é uma questão que envolve as dimensões política e pedagógica. A dimensão política refere-se à definição de prioridades de ordem social, de tomada de decisão e de ações concretas por parte dos governantes e de todos os agentes sociais, independente de ser o país rico ou pobre.

Em caráter mais amplo, o analfabetismo engloba as questões política, social e cultural e a alfabetização, além de política, é uma questão pedagógica. Neste sentido há muito o que fazer pelas crianças, jovens e adultos que vão à escola e não aprendem a ler.

É necessário que haja uma reflexão para se repensar a educação e o papel da escola na superação do drama social em que vivemos. Trata-se de repensar uma Pedagogia voltada para a humanização do homem.

De acordo com as vertentes pedagógicas Tradicional, Nova e Tecnista, acredita-se no poder ilusório de redenção da educação. Porém, a educação, ao contrário do que se propaga, é determinada pela realidade social e econômica do país. Contudo, ela não é determinante.

Os discursos dos governos, de um modo geral, da mídia e de muitos intelectuais capitalistas é de que o Brasil não se desenvolve e não produz empregos graças à baixa escolaridade de sua população, que não se vê preparada para ser mão-de-obra qualificada. O ensino não prepara mão-de-obra para o mercado e o mesmo não justifica a desigualdade. Trata-se, de um discurso conformista, descrente na capacidade humana universal de aprender.

A política educacional no Brasil tem sido populista, demagógica e descomprometida com uma proposta de educação equitativa e de qualidade, o que não contribuiu, ao longo do tempo, com a promoção e superação da classe dominada.

Neste sentido podemos dizer que uma pedagogia revolucionária e crítica não é o único agente de mudança. É um dentre outros. É um espaço, apesar de limitado, que faz pressão para a passagem da igualdade formal para a real, que é uma igualdade de acesso ao saber, aos conteúdos reais, dinâmicos e concretos, que assume a função política de socialização do conhecimento numa postura comprometida e crítica.

Ligada às questões econômicas, a educação no Brasil tem sido privilégio apenas àqueles que possuem condições financeiras. Como uma caixa preta, o analfabetismo funcional encobre o verdadeiro índice de escolaridade e de conhecimento da população brasileira.

Necessário se torna rever a questão do analfabetismo enquanto questão política. Rever as políticas de educação no Brasil e a postura que nós, educadores e educadoras, temos assumido mediante as desigualdades sociais. Compreender como Paulo Freire que o caminho se faz caminhando e que a teoria e prática devem estar a serviço da justiça social, gerando a possibilidade de libertação e mudança.

⁵ Aluna do Curso de Pedagogia - CREUPI